Ainda, outro paulista, durante o 1.º Reinado, recebeu título de nobreza: o ilustre santista Desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, estadista, historiador erudito, agraciado com a denominação honorífica de VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (1826), também, grande do Império (B), como recompensa aos serviços que prestara como 1.º Presidente da Província do Rio Grande do Sul, notadamente na fundação da Colônia de São Leopoldo.

Cumprе ressaltar, que, tendo o 3.º e o 4.º agraciados recebido títulos de origem onomástica, receberam os demais, títulos de origem geográfica, que lhes eram significativos. Ao primeiro, a então freguesia onde nascera. Ao último, um fato marcante da sua vida pública. Apenas, em relação à segunda, tal não ocorria, como se sabe, sem nenhum vínculo com a terra dos Andradas.

Sob esse aspecto, — os títulos nobiliárquicos, quanto à sua origem, se bem que exposto de modo superficial, será apreciada a sua concessão no Vale do Paraíba, região paulista enriquecida com a lavoura do café, mormente na primeira metade do século passado, que contou com 36 (27,5%) dos 131 Titulares do Império, na Província de São Paulo.

ORIGEM GEOGRÁFICA

Durante o Segundo Reinado, foram concedidos 22 títulos nobiliárquicos (C), de origem geográfica, a 21 titulares da região valparaibana paulista, onde, receberam títulos idênticos aos nomes de sua terra natal, ou de adoção:

Manoel Marcondes de Oliveira Melo, 1.º BARÃO DE PINDAMONHANGABA (1846) com honras de grandeza (1848), tendo sido o primeiro barão paulista, aqui residente (C1); Antônio Manoel de Freitas, natural de Cunha, BARÃO DE RIO CLARO

(B) Foram grandes do Império todos os titulares, menos os barões e viscondes que não alcançaram as honras de grandeza, implícitas na concessão dos títulos de Duque, Marquês e Conde.

(C) Número que se elevaria a 22, se considerarmos que Antônio Teruliano dos Santos, comissário de café na Província do Rio de Janeiro, onde foi fazendeiro no município de Rio Claro, agraciado BARÃO DE SILVEIRAS (1867), ou foi, talvez, como homenagem ao município paulista desse nome.

(C-1) Na mesma data, ou seja, a 11-10-1846, também foram agraciados os paulistas Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco, 2.º Barão de Santa Luzia, nessa cidade mineira; e, José Antônio Moreira, importante comerciante e capitalista da Capital do Império, Barão de Ipanema (1.º), depois, Visconde, e Conde.

(1849), grande cafeicultor na zona fluminense de Rio Claro (D); Bento Lúcio Machado, 1.º BARÃO DE JACAREÍ (1849) com honras de grandeza (1852); Francisco de Assis e Oliveira Borges, Barão (1854) e VISCONDE DE GUARATINGUETÁ (1867) com honras de grandeza (1871), o primeiro visconde da região; Francisco Marcondes Homem de Melo, 2.º Barão (1867) e VISCONDE DE PINDAMONHANGABA (1877), e seu último Capitão Mor; Luís da Rocha Miranda Sobrinho, natural de Resende-RJ (E), BARÃO DO BANANAL (1867); Francisco Lopes Chaves, BARÃO DE SANTA BRANCA (1854), o primeiro desse título (F); Manoel Jacinto Domingues de Castro, BARÃO DE PARAITINGA (1871); Antônio Vieira de Oliveira Neves, residente em Pindamonhangaba (G), BARÃO DE TAUBATÉ (1877); Francisco Lopes Chaves, 2.º BARÃO DE SANTA BRANCA (1888); Licínio Lopes Chaves, 2.º BARÃO DE JACAREÍ (1889).

Tudo faz crer, que o agraciamento de Custódio Gomes Varela Lessa, nascido em Portugal, na freguesia de Lessa (daí, a razão desse sobrenome), em sua época, um dos maiores fazendeiros de café, de Pindamonhangaba, com o título de BARÃO DA PARAIBUNA (H), em 1850, com honras de grandeza, representou uma homenagem a essa cidade (nesse tempo Santo Antônio de Paraibuna). Sua viúva, Dona Benedita Bicudo Salgado Lessa, mais tarde (1887), recebeu o título de VISCONDESSA DO PARAIBUNA, como consta no Decreto subscrito pela Princesa Imperial Regente D. Isabel.

Outros, deste grupo, demonstrando seu apego à região, es-

(D) Cap. Mor Antônio Manoel de Freitas, bisavô do poeta Fagundes Varela, fazendeiro em Barra Mansa, Passa Três, e Rio Claro (Fazenda Santa Rosa), quase nas divisas de São Paulo, onde «eram verdadeiros fidalgos, cercados pelo esplendor de uma vida aristocrática» («A Côte no Brasil», A. C. de Araújo Guimarães, 1936, pág. 229).

(E) Grande fazendeiro de café e de criação de gado, foi proprietário, em Resende, e Bananal, das fazendas Taquaral, Limoeiro, Palmeiras, Serra, e Novo Destino. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, eleito a 5-4-1907 (Rev. do IHGSP, n.º 12, 1908, págs. 680, 682, 685 e 734).

(F) Barão de Santa Branca (então freguesia de Jacareí). Pai do 2.º Barão de Santa Branca, e 2.º Barão de Jacareí. Foi o primeiro, dos futuros titulares da região, a tomar assento na Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1846-1847), tendo sido reeleito na legislatura seguinte; e, o primeiro, já titulado, a integrá-la, foi o Barão de Guaratinguetá (1856-1857). O segundo, foi o Barão de Paraitinga, chefe político de grande prestígio na zona eleitoral, conhecido como o «rei do Norte», deputado em 1870-1871, e, em 1876-1877.

(G) Barão de Taubaté, nascido nessa cidade. Foram suas, as fazendas de café, e de criar, Santa Leopoldina, em Roseira, e Bonfim, em Pindamonhangaba, onde residia.

(H) Proprietário da Fazenda do Borba, por largo tempo, a mais próspera do município.

colheram títulos, que evocam sua orografia. Assim o fizeram Henrique José da Silva, natural de Laguna - SC, radicado no Bananal, Barão (1867) e VISCONDE DE ARIRÓ (1876), nome de serra, naquele município; Inácio Bicudo de Siqueira Salgado, que teve grande prestígio no meio social, político, e econômico de Pindamonhangaba, sua terra natal (I), BARÃO DE ITAPEVA (1879), nome de serra; o lorenense Francisco de Paula Vicente de Azevedo, em 1887, BARÃO DA BOCAINA (bairros, campos, e serras da Região), agraciado "por serviços prestados à indústria" (J), a quem o jornalista Assis Chateaubriand chamou, certa vez "o mais progressista dos conservadores" e "o Mauá paulista"; Davi Lopes da Silva Ramos, residente em Taubaté, BARÃO (1889) DO JAMBEIRO (serra, que deu nome ao município, instalado em 1878; daí, seu título; também poderia corresponder ao topônimo).

Entretanto, alguns, revelaram sua predileção pela hidrografia. Destarte, Pedro Ramos Nogueira, recebeu o título de BARÃO (1877) de JOATINGA (ilha, em Angra dos Reis, onde se situava uma de suas propriedades agrícolas); e, José Félix Monteiro, taubateano, agraciado Barão (1877) e VISCONDE DE MOSSORÓ (1888), nome escolhido, provavelmente, devido à existência da lagoa desse nome, em São José dos Campos, município confinante com Caçapava, onde se encontravam algumas de suas fazendas(L).

Mostrando seu amor à propriedade territorial, tão sensível em sociedade principalmente agrária, como a do nosso Império, e de

(I) Político proeminente, era filho, neto e bisneto de capitães mores dessa vila (Pindamonhangaba: Apontamentos Históricos, Geográficos, Genealógicos Biográficos e Cronológicos, Ataíde Marcondes, 1907, págs. 109/110). Em 1880, mandou construir por Charles Peyroton, seu magnífico solar, hoje Paço Municipal (Palacete 10 de Julho), tendo sido todo o material para sua construção e decoração trazido da França.

(J) Incorporador e Diretor do Engenho Central de Lorena; introdutor da correspondência expressa no país; fundador da 1.^a estância climática-turística do Brasil, nos moldes das estâncias suíças, a São Francisco dos Campos, em 2-4-1894, na sede da sua modelar Fazenda São Francisco, no atual município mineiro de Delfim Moreira, onde introduziu o cultivo de frutas européias; fundador da Companhia de Águas Minerais Santa Rosa, em Campos Novos de Cunha, depois de descobrir e captar águas rádio-ativas, em Lorena (Fonte Lavínia); Diretor da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro; Vice-Presidente do Banco Comercial de São Paulo (o primeiro desse nome), fundado em 1886. Foi o animador da fundação da Fábrica de Pólvora de Piquete, para a qual doou, em 1901, o terreno necessário. Sem nunca ter recorrido a escravos, pois, jamais os possuiu, foi proprietário de 40 fazendas nos municípios de Cunha, Delfim Moreira (centro das 35 propriedades rurais que lhe pertenciam, na região), Guararema, Lorena, Pindamonhangaba, e Piquete.

(L) A 2-5-1980, atendendo ao que nos foi solicitado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, elaboramos um pequeno trabalho a respeito da origem desse título, quando chegamos a essa conclusão. (Enciclopedia Jackson, vol. XIII, p. 7613).

grande interesse para a História Social, vários agraciados escolheram títulos, pelos quais eram conhecidos seus domínios agrícolas. Assim procederam: José de Aguiar Toledo, importante e rico fazendeiro do Bananal, cujo salão, na Corte, apurou grandemente a sociedade carioca (M), no seu primeiro agraciamento — BARÃO DE BELA VISTA (1854), e os taubateanos Manoel Gomes Vieira, BARÃO DA PEDRA NEGRA (1889), e Mariano José de Oliveira e Costa, BARÃO DE POUSO FRIO, nesse mesmo ano.

Deve-se salientar, que o Cel. Manoel Marcondes de Oliveira, que fora Subcomandante da Guarda Imperial, que gozava de grande prestígio na Corte, membro que era do movimento nacionalista — Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, o Aposolado carioca de 1822 - 1823 (N), solicitou de D. Pedro I, a graça de lhe conceder o título de Barão da Mombaça (O), nome de uma de suas fazendas, mas teve que esperar por muitos anos a mercê nobiliárquica, que lhe foi oferecida de forma muito mais honrosa — um baronato, com o nome de sua terra natal.

Também, o Ten. Cel. Manoel de Aguiar Valim (com 23 anos de idade, foi o mais jovem dos agraciados da Província), segundo depoimento de ilustre membro de sua família, foi Barão de Aguiar Valim, e, não, da Bocaina (nome de uma de suas fazendas), porque este título estava destinado a Francisco de Paula Vicente de Azevedo, cuja esposa, D. Rosa Bueno Lopes de Oliveira Azevedo, a última sobrevivente da antiga nobreza imperial paulista (assim, também, como seu marido o foi, dos diretamente agraciados), por coincidência, foi a mais jovem das ti-

(M) «Salões e Damas do Segundo Reinado», Wanderley Pinho, 2.^a edição, s/ data, págs. 243/246. Proprietário de 9 fazendas em Bananal e nos municípios fluminenses de Barra Mansa, Resende, e Rio Claro. Foi o primeiro titulado da Província, a integrar a Câmara dos Deputados (1861-1864). Anteriormente, fora deputado provincial (1852-1853), e suplente (35.^o), na legislatura anterior.

(N) Movimento nativista, que teve os Andradas, notadamente Martim Francisco, como principais dirigentes. Aí, adotou esse futuro titular, o nome de «Tigre» (Vultos do Império, Hélio Vianna, 1968, vol. 339 da «Brasiliiana», págs. 1/5). Em 1818, na Corte, por ocasião do casamento de D. Pedro I e Dona Leopoldina, juntamente com seu pai, o Cap. Mor Inácio Marcondes do Amaral, e seu irmão, Padre Inácio Marcondes de Oliveira Cabral (depois Monsenhor), participou dos espetáculos de cavalhadas lá realizados, quando, «S.M. lhes fez mercê do Hábito da Ordem de Cristo» (A Imperatriz Maria Leopoldina, — Publicações do Arquivo Nacional, 1926, pág. 23).

(O) «O Visconde de Guaratinguetá: Um titular do café no Vale do Paraíba», Carlos Eugênio Marcondes de Moura, 1976, pág. 280 — in Arquivo da Casa Imperial do Brasil — Cat. B — M. VIII — Doc. 396 — Museu Imperial de Petrópolis.

tuulares paulistas, com 16 anos de idade, à época de seu casamento.

ORIGEM ONOMÁSTICA

Somente em 1877, sem que se encontre uma explicação para isso (talvez, em virtude de quase todos os títulos designativos das principais cidades, os mais ambicionados, estarem preenchidos), é que foi concedido o primeiro título de origem onomástica no Vale do Paraíba paulista: a Manoel Inácio Marcondes Romeiro, natural de Pindamonhangaba, agraciado BARÃO DE ROMEIRO, a quem se sucederam mais 11 titulares.

Mas isso não aconteceu somente em relação aos valparaibanos. De 1827, quando foi agraciado o 2.º Visconde de Castro, até àquela data, foram concedidas graças nobiliárquicas de origem onomástica, na Província de São Paulo, apenas ao Senador Francisco Antônio de Souza Queiroz, importante e progressista fazendeiro, que foi Barão de Souza Queiroz; D. Rosa de Santana Lopes, natural de São Sebastião, Dama do Paço Imperial, 2.ª Baronesa de Santana, ambas, em 1874; e, ao Dr. Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade, diplomata santista, em 1876, Barão de Aguiar de Andrade.

No mesmo ano, ou seja, em 1877, foi elevado a VISCONDE DE AGUIAR TOLEDO, o já mencionado Barão de Bela Vista, e agraciado o Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, ilustre literato, historiador, geógrafo, professor do colégio Militar, Pedro II, e Escola de Belas Artes, eleito para a Academia Brasileira de Letras (P), Deputado, Ministro, Presidente das províncias de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, e Bahia, — com o título de BARÃO HOMEM DE MELO “pelos serviços prestados como Presidente da Estrada de Ferro São Paulo — Rio de Janeiro”.

A propósito, cumpre lembrar que o título de 2.º Barão de PINDAMONHANGABA, sua terra natal, nessa época, estava ocupado por seu pai, dois meses após elevado a visconde.

Ainda, nessa década, foi agraciada a lorenense D. Carlota Leopoldina Moreira de Castro Lima, viúva do português Joaquim José Moreira Lima, que, em certa época, foi considerado o maior capitalista da província, possuidor que era de 60 fazendas de café e cana, — com o título de VISCONDESSA DE CASTRO LIMA

(P) Eleito, em 9 de dezembro de 1916, por 24 votos, na vaga de José Veríssimo. Não chegou a ser recebido, mas escreveu o discurso de posse (o «Jornal do Commercio» do Rio de Janeiro publicou esse discurso, em 5 de janeiro de 1918, numa homenagem ao ilustre brasileiro, falecido na véspera). Seria recebido por Felix Pacheco. (A Academia Brasileira de Letras, Fernão Neves, 1940, págs. 115/116, 213, 235, 238, 245, 249).

(1879). Alguns anos depois, também seus filhos receberam títulos de nobreza: Joaquim José Moreira Lima, igualmente, grande proprietário agrícola, magnânimo benfeitor de Lorena, foi, sucessivamente, Barão (1883), Visconde (1884) e CONDE DE MOREIRA LIMA, em 1887 (Q); e, o primogênito, Antônio Moreira de Castro Lima, BARÃO DE CASTRO LIMA (1884) “por serviços prestados na construção de um engenho em Lorena” (R).

Nesse último decênio do Império, foram agraciados, ainda, os bananalenses Manoel de Aguiar Valim, BARÃO DE AGUIAR VALIM (1884) “em atenção aos serviços à infância desamparada”, e Cândido Ribeiro Barbosa, BARÃO DE RIBEIRO BARBOSA (1883, único Titular paulista agraciado por Portugal, tendo recebido título idêntico, e, com direito ao seu uso, por aquiescência de D. Pedro II (S). Por último, no Bananal, foi titulado Luciano José de Almeida Valim, irmão do primeiro, — BARÃO DE ALMEIDA VALIM (1888), ambos, filhos do Ten. Cel. Manoel de

(Q) Possuía, em 30 fazendas, 2.500.000 cafeeiros. Chegou a ser proprietário de 52 fazendas, em 17 municípios. Conquanto avesso à festas, sabia receber com requinte, em seu magnífico solar, hoje tombado, como o fizera em 1884, ao recepcionar os Condes d’Eu (Diário da Princesa Isabel, Ricardo Gumbleton Daunt, 1957, págs. 27, 51/54). É de se notar, que o retraimento do Conde, só se manifestara após o falecimento da Condessa, ocorrido em 1895, pois, até então, participavam das festas na Corte, como ocorrera nas bodas de prata dos mesmos Condes d’Eu, a 15 de outubro de 1889, quando, no baile realizado no Cassino Fluminense, a belíssima «toilette» da jovem condessa, foi assim descrita: «Vestido de chamalote de seda egípcio azul-celeste de cauda, enfeitado de filó de seda azul, recamado de sequins dourados.» (As duas últimas festas da Monarquia, Francisco Marques dos Santos, in «Anuário do Museu Imperial», vol. II, pág. 61).

(R) Incorporador do Engenho Central de Lorena, inaugurado nesse mesmo ano. Tenente Coronel Comandante da Guarda Nacional de Lorena. Foi proprietário de fazendas em 5 municípios. Sócio, e incorporador da Casa Bancária Castro Lima & Companhia, e da Sociedade Bancária Lorenaense. Seu sogro, o Alferes João da Costa Gomes Leitão, riquíssimo negociante e cafeicultor, cognominado o «Creso de Jacareí», deixou, ao falecer, fortuna superior a 7.000 contos de réis, uma das maiores da Província, no século passado. Ao término do Império, ocupava o Barão de Castro Lima, o cargo de 6.º Vice-Presidente.

(S) «Anuário Genealógico Brasileiro», Ano V, Salvador de Moya, pág. 133. Proprietário das fazendas: Rialto, Cachoeirinha, e Coqueiros, no Bananal. Presidente da Estrada de Ferro Bananalense, assim também como o foi, do Diretório Conservador local. Deve-se salientar, que todos os titulares desse município, pertenceram ao Partido Conservador, sendo que, o Barão de Joatinga, pertenceu ao Partido Liberal, até 1861, quando, então, filiou-se àquele partido. Foram, ainda, conservadores, na região valparai-bana, os barões: da Bocaina, Paraitinga, Santa Branca (2.º), Santa Eulália; os viscondes de Pindamonhangaba, e Guaratinguetá, este, liberal, até 1856. Quanto aos demais titulares, com excessão dos barões de Pouso Frio (provavelmente liberal), Bananal, e Rio Claro, cujas filiações partidárias, desconhecemos, foram todos liberais, em número de 21, enquanto que os conservadores, somavam 11.

Aguiar Valim, grande fazendeiro, e netos de dois dos mais abastados proprietários agrícolas e capitalistas da região (T).

Também receberam títulos de origem onomástica (sempre sobrenomes, não existindo nenhum caso de concessão de títulos com prenomes dos titulados, nessa região, unicamente outorgado na Província a Geraldo Ribeiro de Souza Resende, importante fazendeiro de Campinas, que foi o Barão Geraldo de Resende), o pindamonhangabense Elói Bicudo Varela Lessa, filho dos barões da Paraibuna (ela, mais tarde, Viscondessa), agraciado — BARÃO DE LESSA (1887); o taubateano Jordão Pereira de Barros, BARÃO DE PEREIRA DE BARROS (1889), e o fazendeiro de São José do Barreiro, depois, industrial no Rio de Janeiro, Elias Dias de Novaes, último Titular do Império, agraciado que foi a 13 de novembro de 1889, com o título de BARÃO DE NOVAES.

Com relação a este titular, houve um fato digno de registro.

Não houve tempo para o registro do título. O regime que o agraciara, não mais existia! Cabia-lhe, no entanto, embora em plena vigência republicana, pagar os emolumentos devidos, condição essencial para o recebimento da carta de nobreza. Assim o fez, juntamente com mais três agraciados. Encaminhados os processos ao então Ministro da Fazenda, Conselheiro Rui Barbosa, exarou o grande jurista despacho num dos processos (U), no sentido da percepção dos emolumentos!

Entretanto, nada de anormal ocorreu. Apenas reconheceu o Ministro da Fazenda, implicitamente, que, acima dos regimes, ou de decisões destes emanadas, prevalecia a regra jurídica do di-

(T) Comendador Manoel de Aguiar Valim, capitalista e grande fazendeiro, proprietário da importante Fazenda Resgate (mais tarde, pertencente ao Barão de Almeida Valim); seu avô paterno, o Cap. José de Aguiar Toledo, da Ilha da Madeira, fundador dessa fazenda, onde se destaca sua magnífica sede, foi, em 1835/1836, o maior produtor de café da Província, tendo aí colhido 12.000 arrobas (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, População Areias, Anos 1835-1846, Caixa 5-A, N.º de Ordem 5-A), que vendeu pela elevada soma de 40 contos de réis, também, a maior renda da Província; avô materno, o Comendador Luciano José de Almeida, abastado fazendeiro e capitalista, possuidor de enorme fortuna. Foi o Barão de Almeida Valim, Senador Estadual em São Paulo, na 1.ª Legislatura de 1892. Assim como seu irmão, o Barão de Aguiar Valim, matriculou-se no Curso Anexo da Academia de Direito de São Paulo, interrompendo seus estudos, devido ao falecimento de seu pai, ocorrido em 1878. Seu tio, o Barão de Joatinga, grande proprietário agrícola (fazendas Loanda, Glória, Grataú, e Paineiras), também deixou seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por motivo de saúde (Pequena História do Bananal, Agostinho Ramos, 1973, 2.ª ed., pág. 386).

(U) Do Barão de Ponte Nova, sendo os demais, além do já citado Barão de Novaes, o Barão de Contendas, e o Visconde de Ourém (Figuras e fatos da nobreza brasileira, Rui Vieira da Cunha, 1975, págs. 59/61).

reito adquirido! E, seu despacho favorável, por analogia, teve aplicação aos demais titulados, que, assim, foram encartados nos respectivos títulos.

ORIGEM COGNOMÁSTICA

Três titulares da região, escolheram nomes de santos, para seus títulos de nobreza.

O primeiro a fazê-lo, foi o taubateano José Francisco Monteiro, irmão do já citado Visconde de Mossoró, a quem foi concedido o título de Barão de Tremembé (1868) “em razão do patriótico desempenho como Presidente da Câmara taubateana, no decurso da Guerra contra Solano Lopes”, e VISCONDE DE TREMEMBÉ (1887), nome escolhido em razão de sua grande devoção ao Senhor Bom Jesus do Tremembé (V). Foi esse titular, como se sabe, avô do grande escritor Monteiro Lobato, e proprietário da tão conhecida chácara do “Visconde”.

Outro titulado, também natural de Taubaté, Dom José Pereira da Silva Barros, Arcebispo de Dárnis, 18.º Bispo de Olinda (1881-1891), e 11.º Bispo do Rio de Janeiro (1891-1893), foi agraciado CONDE DE SANTO AGOSTINHO (1888), tendo sido, um dos sete representantes do alto clero brasileiro pertencentes à nobreza do Império, e o único paulista; foi, também, o único não fazendeiro, embora seu pai, o fosse.

Finalmente, neste grupo, — o lorenense Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo Ferreira, advogado de renome, 6.º Vice-Presidente da Província, à época de seu falecimento, ocorrido vinte quatro dias após ter sido agraciado BARÃO DE SANTA EULÁLIA (1888), em virtude de “seu notável zelo pela agricultura e indústria”. A escolha do nome de sua mercê nobiliárquica, representava uma carinhosa homenagem à sua esposa, D. Eulália Moreira de Castro Lima (Z), filha da Viscondessa de Castro Lima.

OUTRAS ORIGENS

O título de Barão da Palmeira (1867), em “atenção aos serviços prestados à Pátria por ocasião da guerra”, e, o de VIS-

(V) Anotações à «História do Município de Taubaté», Francisco de Paula Toledo, 1976, 2.ª ed., pág. 62). Grande fazendeiro de café, fundou, em 1855, de sociedade com seu irmão, Visconde de Mossoró, colônias agrícolas nessas fazendas. Foi 6.º (1883) e 5.º (1888) Vice-Presidente de sua Província, e deputado provincial, em 1862-1863, como também o foi, seu conterrâneo, mais tarde Conde Santo Agostinho, em 1866-1867.

(Z) «Doutor Rodrigues, Barão de Santa Eulália (A vida de um «Barão do Café»), Aroldo de Azevedo, in Rev. de História n.º 44, 1960, pág. 336. Prestigioso chefe político, foi, o futuro titular, deputado provincial em 1870-1871, reeleito nas três legislaturas seguintes.

CONDE DA PALMEIRA (1887), conferido a Antônio Salgado da Silva, nascido em Pindamonhangaba, rico e prestigioso fazendeiro nesse município, e no de Taubaté, não se ajusta a nenhuma das origens estudadas nestes trabalhos.

Contudo, antes de determinarmos a origem de seu título, vejamos quem foi o grão-senhor Visconde da Palmeira.

Seu nome sempre esteve ligado aos acontecimentos marcantes de sua cidade natal. Presidiu aí, a primeira sessão do Juri, e, um ano após, em 1842, foi nomeado Juiz Municipal.

Em 1850, mandou construir seu imponente solar, pelo “pe-rito e doutor em riscos” Francisco Antônio Pereira de Carvalho, conhecido como “Chiquinho do Gregório”, cujo projeto foi o escolhido, dentre os quinze apresentados.

Suas maneiras eram requintadas. “Não morava numa de suas fazendas na Mantiqueira (1), ia e vinha de carruagem, tirada por quatro cavalos, com cocheiros de libré e cartola.” (2)

Concluído seu solar, nele recebeu, por várias vezes, a Família Imperial, com refinamento palaciano: festas, e bailes pomposos, igualando-se aos melhores salões da Corte. O esplendor desse salão, teve continuidade, graças às suas filhas, enobrecidas por casamentos com titulares: a Baronesa de Lessa, que herdou o solar, e a Baronesa de Itapeva, “que exerceu na sociedade de sua terra papel de destacado relevo” (3), e que tão bem sabia receber em seu palácio, belíssimo exemplo de arquitetura nobre residencial, idealizada por mestre francês.

(1) «A Civilização do Café», Alves Motta Sobrinho, 1978, 3.^a ed. pág. 36.

(2) Obra citada, pág. idem.

(3) «Pindamonhangaba Cidade Imperial», José Augusto Cesar Salgado, 1960, págs. 20, 23. Assim foi, em 1877, por ocasião da inauguração de mais um trecho da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro (obra citada, págs. 18/20), e, em 1878, quando da visita de SS.MM. Imperiais. Na mesma cidade, por ocasião da passagem do Príncipe D. Pedro, em 1822, foram seus co-anfitriões, o Monsenhor Manoel Inácio Marcondes de Oliveira Cabral, e seu irmão, o futuro 1.^o Barão de Pindamonhangaba. Sobre o assunto, — Visitas da Família Imperial, ao Vale do Paraíba paulista, entre outros, escreveram: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (obra citada, págs. 75/81, 92), Pedro Calmon (História de D. Pedro II, 1975, 3.^o vol., págs. 1184, 1310), Ricardo Gumbleton Daunt (Diário da Princesa Isabel, 1957, págs. 27, 51/54). Destarte, nas visitas de D. Pedro II e Dona Teresa Cristina, em 1878, e 1886, e, dos Condes d'Eu, foram seus anfitriões, além do mencionado Visconde da Palmeira: o Visconde de Pindamonhangaba (2 vezes); os viscondes de Guaratinguetá, e Tremembé (3 vezes cada); e, a família Moreira Lima, 4 vezes, sendo, nas três que se seguiram à visita inicial dos Condes d'Eu, o Conde desse título.

Ainda, em várias oportunidades, a nobreza valparaibana comprovou a fidalguia de seus salões. Assim o fizeram, o Visconde de Ariró, no Bananal, com recepções, e bailes, quando tocava Corporação Musical composta de seus escravos (Agostinho Ramos, obra citada, págs. 416/417). Aliás, nesse município, o Barão de Joatinga era Diretor da Banda de Música União Conservadora; o Visconde de Aguiar Toledo, e, a Viscondessa

No "Palacete Palmeira", como é conhecido seu solar, reminiscência da nobreza rural paulista, vê-se, no cimo do edifício, as pinhas, que simbolizavam a nobreza do visconde. Em sua fachada, seu brasão de armas ladeado por dois cães mitológicos (símbolo de fidelidade e vigilância, e, também agradecimento). No brasão, sua coroa de visconde, e uma *palmeira*. Ladeando-o, *palmeiras* entrelaçadas, símbolo da vitória, da fortaleza, do triunfo, inerentes ao titular.

Assim, diante dessa simbologia, somos levados a acreditar, que o importante fazendeiro (fazendas Goiabal, Santa Maria, do Borba), e grão-senhor Visconde da Palmeira, talvez, tivesse escolhido um título de origem simbólica.

OS TÍTULOS DE NOBREZA

Na sua quase totalidade, são os dados aqui apresentados, extraídos de nosso trabalho — "Titulares do Império da Província de São Paulo", em fase adiantada de elaboração, que teve

de Ariró, também, dirigiam Músicas de escravos (Almanach Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1885, Jorge Seckler & Cia., 1884, pág. 285), que tocavam nas grandes festas, evocadas por Everardo Vallim Pereira de Sousa, em magnífico estudo (Região agrícola bananalense, in Digesto Econômico, 1947, n.º 31, págs. 84/98). Saudoso historiador, nos disse da fidalguia dos barões de Romeiro, num dos mais finos solares de Pindamonhangaba (César Salgado, obra citada, págs. 5, 23). Nessa cidade, temos notícia, ainda, das bodas de ouro dos barões de Taubaté, — «uma festa nunca ali vista» (Chronologia Paulista, José Jacinto Ribeiro, 1901, 2.º vol., pág. 218). Em Taubaté, através de notícias do «Diário do Norte», acontecimento social marcante, o jantar oferecido pelo futuro Barão do Jambeiro, ao Barão Homem de Melo, a 6-2-1878, nomeado, na ocasião, Presidente da Província da Bahia, e, o lauto jantar que ofereceu ao ilustre taubateano, mais tarde Conde de Santo Agostinho, quando indicado Bispo de Olinda, reunindo personalidades de destaque, não só da cidade, como da Província, e da Corte (D. José Pereira da Silva Barros — Sua Vida e Sua Obra, Felix Guisard Filho, 1945, pág. 46). Em Jacareí, por ocasião da passagem de viajante, que deixou valioso documento sobre a Província, destacou ele o solar do Alferes João da Costa Gomes Leitão, pai da que seria, mais tarde, Baronesa de Castro Lima, — «cujos pintados e dourados salões poderiam receber com orgulho a sociedade mais seleta da capital do império» (Peregrinação pela Província de São Paulo — 1860/1861, Augusto-Emílio Zaluar, 1953, 2.ª ed., pág. 114), e o «magnífico palacete do Barão de Santa Branca», 1.º desse título, «que ocupa uma das faces inteiras desta não pequena e bem edificada praça» (obra citada, pág. 113). Aí, também, teve papel de destaque nos meios sociais, político, e econômico, o 1.º Barão de Jacareí, único grande do Império, naquele município, amigo dedicado do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, cuja notícia da morte, abalou seu combalido organismo, vindo a falecer, um mês após. Em seu solar foi oferecido, durante a Guerra do Paraguai, um banquete ao eminente médico e historiador Joaquim Floriano de Godói, mais tarde senador (Dicionário biográfico de brasileiros célebres, 1871, págs. 22/23).

como fontes principais de pesquisas, o Arquivo Nacional, conforme registrou àquele órgão (4), obras especializadas (5), além das mencionadas neste trabalho.

Destarte, vimos que 36 titulares (2 condes, 9 viscondes, 25 barões), receberam 37 diferentes títulos, agraciados que foram 48 vezes. Os agraciamentos, foram concedidos, por D. Pedro II, 38 vezes (30, pela primeira vez); e pela Princesa Dona Isabel, em nome do Imperador e na qualidade de Regente do Imperio, 10 vezes (7, pela primeira vez).

Nos decretos de concessão dessas mercês, 10 vezes foram feitas menção aos postos que ocupavam na Guarda Nacional; e, 5 vezes, suas profissões.

Quanto aos domicílios dos titulares, raramente mencionados nos decretos, sabe-se que 10 residiam em Pindamonhangaba (dois deles, naturais de Taubaté, e Portugal); 7, em Bananal (dois, nascidos em Santa Catarina, e Rio de Janeiro); 7, em Taubaté; 5, em Lorena; 4, em Jacareí; os demais, eram domiciliados em Guaratinguetá, São Luís do Paraitinga, e Rio Claro (natural de Cunha), município fluminense.

Em relação aos motivos dessas mercês, transcritos 7 vezes, neste trabalho, em outros decretos, (12) consta como "recompensa aos serviços prestados à Pátria" (Governo, ou causa pública), "Religião e à Caridade", ou, "em atenção aos serviços prestados." Condição essencial, era a proibidade do agraciado, no que insistia nosso 2.º Imperador.

(4) «Mensário do Arquivo Nacional», Ano IX, n.º 3-1978, pág. 19.

«Fagundes Varela e seus parentes de Barra Mansa», J. B. de Athayde, 1964.

«Anuario Historico-Literario de Jacarehy», 1906, organizado por Theophilo de Almeida e Costa Braga.

«Estudo da nobreza brasileira, II — Fidalgos de cota-de-armas», Rui Vieira da Cunha, 1969.

«Relação dos Baronatos», Escragnolle Dória, in «Anuário do Museu Imperial», vol. VI, págs. 7-85.

«Acréscimos e Retificações ao «Arquivo Nobiliárquico», Laurênio Lago, in «Anuário do Museu Imperial», vol. XV, págs. 83-219.

«O Barão Homem de Mello perante a História», Anibal Mattos, 1937.

«Vida e Morte de um Capitão-Mor», Carlota Pereira de Queiroz, 1969.

«Titulares do Império», Carlos Rheingantz, 1960.

«A Viscondessa de Castro Lima e a sua descendência», Gama Rodrigues, separata da «Revista Genealógica Brasileira», I 1940.

«O Conde de Moreira Lima», Gama Rodrigues, 1942.

«Titulares do Império», Hélio Vianna, in obra citada, págs. 201/229.

«Titulares do Império da Província de São Paulo», Délio Freire dos Santos, 2 vol.

«Galeria Nacional», editado pelo «Jornal do Brasil», 1931/1936, 1.006 páginas.

— Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

— Arquivos de Cúrias Diocesanas.

— Cartórios de Notas e Ofícios.

Contribuia, também, para a concessão dos títulos, mormente nos últimos tempos da Monarquia, a libertação de seus escravos. Cumpre, igualmente, destacar, que, desde o Primeiro Reinado, esses títulos eram válidos só durante a vida dos agraciados, ao contrário do sistema português, pelo qual a nobreza era muitas vezes hereditária. O agraciado se impunha pelos seus méritos, e não pelo prestígio dos seus ancestrais, comprovado nos casos apresentados, em que apenas seis vezes foram concedidas mercês à viúvas, filhos e irmãos de titulares.

Fato digno de registro, e de grande interesse em relação aos títulos da nobreza valparaibana paulista, predominantemente de origem geográfica (2/3), é a sua vinculação ao município natal ou adotivo, em contraste com numerosos títulos da mesma origem, outorgados na Província, onde não se encontra a mesma associação.

CONCLUSÕES

Analisados os diferentes ângulos sugeridos pelo assunto de início proposto, coligimos dados que nos permitiram examinar, embora sem profundidade, esse tema.

Assim, a nobreza imperial do Vale do Paraíba paulista, teve como fonte de riqueza, o café, que possibilitou, ou ampliou seu prestígio social e político, aplicado em benefício da região, e da Província. Daí, surgiram estradas de ferro, bancos, companhias diversas, obras de assistência social, e realizações em prol da cultura.

Se não bastassem todas essas realizações, que mostram o quanto deram de si em favor de sua terra, e de sua gente, temos, nos seus títulos de nobreza, tão evocativos e expressivos, a confirmação de seu regionalismo, seu amor à gleba, ao chão valparaibano.

ANEXO I

VALE DO PARAÍBA (SP)

TITULARES (por sobrenome)

- AZEVEDO, Francisco de Paula Vicente de (1856-1938) —
BARÃO DA BOCAINA
- BARBOSA, Cândido Ribeiro (1854-1922) — BARÃO DE RI-
BEIRO BARBOSA
- BARROS, Jordão Pereira de (1814-1891) — BARÃO DE PE-
REIRA DE BARROS
- BARROS, Dom José Pereira da Silva (1835-1898) — CONDE
DE SANTO AGOSTINHO
- BORGES, Francisco de Assis e Oliveira (1806-1879) — VIS-
CONDE DE GUARATINGUETÁ (com grandeza)
- CASTRO, Manoel Jacinto Domingues de (1810-1887) — BA-
RÃO DE PARAITINGA
- CHAVES, Francisco Lopes (1809-1884) — 1.º BARÃO DE
SANTA BRANCA
- CHAVES, Francisco Lopes (1838-1902) — 2.º BARÃO DE
SANTA BRANCA
- CHAVES, Licínio Lopes (1840-1909) — 2.º BARÃO DE JA-
CAREÍ
- COSTA, Mariano José de Oliveira e (1818-1890) — BARÃO
DO POUSO FRIO
- FERREIRA, Antônio Rodrigues de Azevedo (1838-1889) —
BARÃO DE SANTA EULÁLIA
- FREITAS, Antônio Manoel de (1778-1869) — BARÃO DE
RIO CLARO
- LESSA, Benedita Bicudo Salgado (1821-1906) — VISCON-
DESSA DA PARAIBUNA
- LESSA, Custódio Gomes Varela (1778-1855) — BARÃO DA
PARAIBUNA (com grandeza)
- LESSA, Elói Bicudo Varela (1844-1922) — BARÃO DE
LESSA

LIMA, Antônio Moreira de Castro (1828-1896) — BARÃO DE CASTRO LIMA

LIMA, Carlota Leopoldina Moreira de Castro (1808-1882) — VISCONDESSA DE CASTRO LIMA

LIMA, Joaquim José Moreira (1842-1926) — CONDE DE MOREIRA LIMA

MACHADO, Bento Lúcio (1790-1857) — 1.º BARÃO DE JACAREÍ (com grandeza)

MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de (1837-1918) — BARÃO HOMEM DE MELO

MELO, Francisco Marcondes Homem de (1804-1881) — VISCONDE DE PINDAMONHANGABA

MELO, Manoel Marcondes de Oliveira (1780-1863) — 1.º BARÃO DE PINDAMONHANGABA (com grandeza)

MIRANDA, Sobrinho, Luís da Rocha (1836-1915) — BARÃO DO BANANAL

MONTEIRO, José Félix (1838-1892) — VISCONDE DE MOSORÓ

MONTEIRO, José Francisco (1830-1911) — VISCONDE DE TREMEMBÉ

NEVES, Antônio Vieira de Oliveira (1815-1905) — BARÃO DE TAUBATÉ.

NOGUEIRA, Pedro Ramos (1823-1885) — BARÃO DE JOATINGA

NOVAES, Elias Dias de (1838-1915) — BARÃO DE NOVAES

RAMOS, Davi Lopes da Silva (1833-1896) — BARÃO DO JAMBEIRO

ROMEIRO, Manoel Inácio Marcondes (1830-1890) — BARÃO DE ROMEIRO

SALGADO, Inácio Bicudo de Siqueira (1812-1894) — BARÃO DE ITAPEVA

SILVA, Antônio Salgado da (1805-1888) — VISCONDE DA PALMEIRA

SILVA, Henrique José da (1811-1880) — VISCONDE DE ARIRÓ

TOLEDO, José de Aguiar (1823-1898) — VISCONDE DE AGUIAR TOLEDO (e BARÃO DE BELA VISTA)

VALIM, Luciano José de Almeida (1855-1912) — BARÃO DE ALMEIDA VALIM

VALIM, Manoel de Aguiar (1861-1925) — BARÃO DE AGUIAR VALIM

VIEIRA, Manoel Gomes (1821-1902) — BARÃO DA PEDRA NEGRA.

ANEXO 2

TÍTULOS

Os algarismos romanos e arábicos referem-se ao livro e página em que os decretos originais se encontram na Seção Histórica do Arquivo Nacional.

1840 — 1849

PINDAMONHANGABA (1.º), BARÃO DE — VII, 101	15-11-1846
PINDAMONHANGABA (1.º), BARÃO DE (com honras de grandeza) —	11-10-1848
RIO CLARO, BARÃO DE — VII, 116	25-03-1849
JACAREÍ (1.º), BARÃO DE — VII, 125	31-12-1849

1850 — 1859

PARAIBUNA, BARÃO DA — VII, 127	06-11-1850
PARAIBUNA, BARÃO DA (com honras de grandeza) — VII, 129	16-05-1851
JACAREÍ (1.º), BARÃO DE (com honras de grandeza) — VII, 135	03-12-1852
BELA VISTA, BARÃO DE — VIII, 17	22-04-1854
SANTA BRANCA (1.º), BARÃO DE — VIII, 20	11-09-1854
GUARATINGUETA, BARÃO DE — VIII, 15	02-12-1854

1860 — 1869

PALMEIRA, BARÃO DA — VIII, 120	16-02-1867
GUARATINGUETA, VISCONDE DE — V, 39	10-04-1867
BANANAL, BARÃO DO — VIII, 139	29-05-1867
ARIRÓ, BARÃO DE — VIII, 148	06-07-1867
PINDAMONHANGABA, 2.º BARÃO DE — XIII, 147	06-07-1867
TREMEMBÉ, BARÃO DE — VIII, 168	30-05-1868

1870 — 1879

GUARATINGUETÁ, VISCONDE DE (com honras de grandeza) — V, 51	17-05-1871
PARAITINGA, BARÃO DE — IX, 37	17-05-1871

1.^a REGÊNCIA da Princesa Isabel, 25-5-1871/31-3-1872

(não foi agraciado nenhum titular
na Província de São Paulo)

2.^a REGÊNCIA da Princesa Isabel, 26-3-1876/25-9-1877

ARIRÓ, VISCONDE DE — V, 73	10-06-1876
ROMEIRO, BARÃO DE — X, 2	31-01-1877
JOATINGA, BARÃO DE — X, 15	28-03-1877
HOMEM DE MELO, BARÃO — X, 8	04-07-1877
AGUIAR TOLEDO, VISCONDE DE — V, 78	13-07-1877
TAUBATÉ, BARÃO DE — X, 9	18-07-1877
MOSSORÓ, BARÃO DE — X, 18	25-07-1877
PINDAMONHANGABA, VISCONDE DE — V, 80	19-09-1877
ITAPEVA, BARÃO DE — X, 44	19-07-1879
CASTRO LIMA, VISCONDESSA DE — V, 94	16-08-1879

1880 — 1889

MOREIRA LIMA, BARÃO DE — XI, 21	28-04-1883
RIBEIRO BARBOSA, BARÃO DE — XI, 24	05-05-1883
MOREIRA LIMA, VISCONDE DE (com honras de grandeza) — V, 139	01-03-1884
AGUIAR VALIM, BARÃO DE — XI, 61	16-09-1884
CASTRO LIMA, BARÃO DE — XI, 64	14-10-1884
MOREIRA LIMA, CONDE DE — III, 88	07-05-1887
TREMEMBÉ, VISCONDE DE — VI, 11	07-05-1887
BOCAINA, BARÃO DA — XI, 123	07-05-1887
LESSA, BARÃO DE — XI, 136	18-06-1887

3.^a REGÊNCIA da Princesa Isabel, 30-6-1887/22-8-1888

PALMEIRA, VISCONDE DA — VI, 14	18-08-1887
PARAIBUNA, VISCONDESSA DA — VI, 15	18-08-1887
SANTA BRANCA, 2. ^o BARÃO DA — XII, 2	20-02-1888
SANTO AGOSTINHO, CONDE DE — III, 95	16-05-1888
MOSSORÓ, VISCONDE DE — VI, 39	16-10-1888
ALMEIDA VALIM, BARÃO DE — XII, 68	15-11-1888
SANTA EULÁLIA, BARÃO DE — XII, 76	22-12-1888

JACAREÍ, 2.º BARÃO DE — XII, 140	20-08-1889
JAMBEIRO, BARÃO DO — XII, 137	20-08-1889
PEDRA NEGRA, BARÃO DA — XII, 142	20-08-1889
PEREIRA DE BARROS, BARÃO DE — XII, 138	20-08-1889
POUSO FRIO, BARÃO DO — XII, 143	20-08-1889
NOVAES, BARÃO DE — XII, 178	13-11-1889

ANEXO 3

IDADE DOS TITULARES: AGRACIAMENTOS
— FALECIMENTO

	Barão	Barão	Visc.	Visc.	Conde	Faleci-
		c/gr.		c/gr.		mento
AGUIAR VALIM	23					64
RIBEIRO BARBOSA	28					78
BANANAL	30					79
BELA VISTA	30					—
BOCAINA	30					82
ALMEIDA VALIN	33					56
TREMEMBÉ	37		56			80
MOSSORÓ	39		50			54
MOREIRA LIMA	40			41	44	84
LESSA	42					78
SANTA BRANCA (1.º)	45					75
GUARATINGUETÁ	46		59	63		73
ROMEIRO	47					60
JACAREÍ (2.º)	48					68
SANTA BRANCA (2.º)	49					63
HOMEM DE MELO	50					80
SANTA EULÁLIA	50					50
NOVAES	51					77
SANTO AGOSTINHO					52	62
JOATINGA	53					61
AGUIAR TOLEDO			54			75
ARIRÓ	56		65			69
CASTRO LIMA	56					68
JAMBEIRO	56					62
JACAREÍ (1.º)	59	62				67
PALMEIRA	61		82			82
PARAITINGA	61					77
TAUBATÉ	61					89

	Barão	Barão c/gr.	Visc.	Visc. Conde c/gr.	Faleci- mento
PINDAMONHANGABA	63		73		77
PARAIBUNA			66		85
ITAPEVA	67				82
PEDRA NEGRA	68				81
CASTRO LIMA			70		74
PINDAMONHANGABA	66	68			83
POUSO FRIO	71				72
RIO CLARO	71				91
PARAIBUNA	72	73			77
PEREIRA DE BARROS	75				77
médias de idade			52		73

ANEXO 4

DOMICÍLIO DOS TITULARES

<i>PINDAMONHANGABA</i> — Viscondessa da <i>PARAIBUNA</i> ; viscondes da <i>PALMEIRA</i> , e <i>PINDAMONHANGABA</i> ; barões — <i>HOMEM DE MELO</i> , <i>ITAPEVA</i> , <i>LESSA</i> , <i>PARAIBUNA</i> (n. Portugal), <i>PINDAMONHANGABA</i> (1.º); <i>ROMEIRO</i> , e <i>TAUBATÉ</i> (n. Taubaté)	10
<i>TAUBATÉ</i> — Conde de <i>SANTO AGOSTINHO</i> ; viscondes de <i>MOSSORÓ</i> , e <i>TREMEMBÉ</i> ; barões — <i>JAMBEIRO</i> , <i>PEDRA NEGRA</i> , <i>PEREIRA DE BARROS</i> , e <i>POUSO FRIO</i>	7
<i>BANANAL</i> — viscondes de <i>AGUIAR TOLEDO</i> (e Barão de <i>BELA VISTA</i>), e <i>ARIRÓ</i> (n. Laguna/SC); barões — <i>AGUIAR VALIM</i> , <i>ALMEIDA VALIM</i> , <i>BANANAL</i> (n. Resende/RJ), <i>JOATINGA</i> , e <i>RIBEIRO BARBOSA</i>	7
<i>LORENA</i> — Conde de <i>MOREIRA LIMA</i> ; Viscondessa de <i>CASTRO LIMA</i> ; barões — <i>BOCAINA</i> , <i>CASTRO LIMA</i> , e <i>SANTA EULÁLIA</i>	5
<i>JACAREÍ</i> — barões: <i>JACAREÍ</i> (1.º), <i>JACAREÍ</i> (2.º), <i>SANTA BRANCA</i> (1.º) e <i>SANTA BRANCA</i> (2.º)	4
<i>GUARATINGUETÁ</i> , <i>SÃO JOSÉ DO BARREIRO</i> , <i>SÃO LUÍS DO PARAITINGA</i> , e <i>RIO CLARO/RJ</i> — Visconde de <i>GUARATINGUETÁ</i> , e Barões de <i>NOVAES</i> , <i>PARAITINGA</i> , e <i>RIO CLARO</i> (n. Cunha), respectivamente	4